

EDITAL
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 008/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 256569/2025

Endereço eletrônico	www.gov.br/compras/pt-br - UASG 929615
Objeto	Aquisição de 01(um) veículo, tipo de Van, com capacidade para até 17 (dezesete) lugares, destinado ao transporte de usuários.
Critério de julgamento	Menor preço global.
Modo de disputa	Aberto e fechado.
Recebimento das propostas	12/05/2026 até 26/05/2026 às 14h00.
Abertura das propostas e sessão pública	26/05/2026 às 14h00.
Prazo de entrega	30 (trinta) dias corridos, contados do recebimento da ordem de fornecimento.
Valor estimado	R\$ 310.289,17 (trezentos e dez mil, duzentos e oitenta e nove reais e dezessete centavos).

O Município de Salvador, por intermédio da Secretaria Municipal de Promoção Social, Combate à Pobreza, Esportes e Lazer - SEMPRE, inscrita no CNPJ nº 13.927.801/0017-06, torna público que realizará licitação, na modalidade pregão eletrônico, do tipo menor preço global, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis, observadas as condições estabelecidas neste Edital e em seus anexos.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a **aquisição de 01(um) veículo, tipo de Van**, com capacidade para até 17 (dezesete) lugares, destinado ao transporte de usuários, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e em seus anexos.

1.2. A licitação será realizada em único item, conforme especificação abaixo:

Item	Código	Descrição	Unidade de Medida	Quantidade	Valor Unitário
1	100007022	VEÍCULO AUTOMOTOR NOVO (ZERO QUILOMETRO), DO TIPO VAN, ANO/MODELO CORRESPONDENTE AO EXERCÍCIO DA CONTRATAÇÃO, DESTINADO AO TRANSPORTE COLETIVO DE PASSAGEIROS, COM CAPACIDADE MÁXIMA PARA ATÉ 17 (DEZESSETE) OCUPANTES, INCLUINDO O CONDUTOR. A CONFIGURAÇÃO INTERNA DISPONDO DE ASSENTOS INDIVIDUAIS PARA OS PASSAGEIROS, TODOS PROVIDOS DE CINTOS DE SEGURANÇA, COM ESPAÇO INTERNO ADEQUADO E TETO ELEVADO.COMBUSTÍVEL DIESEL, COM POTÊNCIA MÍNIMA DE 120 CV, ASSOCIADA A TRANSMISSÃO MANUAL DE, NO MÍNIMO, 6 (SEIS) MARCHAS, PROJETADA PARA ATENDER ÀS EXIGÊNCIAS DE DESLOCAMENTOS URBANOS E RODOVIÁRIOS. O CONJUNTO MECÂNICO COM SISTEMA DE FREIOS COM TECNOLOGIA ABS, DISPOSITIVOS DE PROTEÇÃO COMO AIRBAGS PARA O MOTORISTA E PASSAGEIRO DO BANCO DIANTEIRO, TACÓGRAFO E LUZES DE RODAGEM DIURNA, MAIS EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA ATIVA E PASSIVA EXIGIDOS PELA REGULAMENTAÇÃO VIGENTE.AR-CONDICIONADO COM DISTRIBUIÇÃO PARA A CABINE E PARA O	UN	01	R\$ 310.289,17

		COMPARTIMENTO DE PASSAGEIROS, COM SAÍDAS DE AR AO LONGO DAS FILEIRAS DE ASSENTOS. VIDROS ELÉTRICOS NAS PORTAS DIANTEIRAS, SISTEMA DE TRAVAMENTO ELÉTRICO NAS PORTAS, RETROVISORES COM AJUSTE ELÉTRICO, ILUMINAÇÃO INTERNA DO SALÃO E COMPUTADOR DE BORDO PARA INFORMAÇÕES OPERACIONAIS.A ESTRUTURA EXTERNA COM NO MÍNIMO 4 (QUATRO) ACESSOS, PORTA LATERAL ENVIDRAÇADA E DESLIZANTE DESTINADA AO EMBARQUE E DESEMBARQUE DOS PASSAGEIROS, COM PORTAS TRASEIRAS.COR BRANCA, COM PADRONIZAÇÃO VISUAL EM CONFORMIDADE COM A LEGISLAÇÃO APLICÁVEL. GARANTIA MÍNIMA DE 12 (DOZE) MESES, COM REDE DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA AUTORIZADA, PELO MENOS NO MUNICÍPIO DE SALVADOR/BA, APTA À EXECUÇÃO DE MANUTENÇÕES PREVENTIVAS E CORRETIVAS DURANTE O PERÍODO DE COBERTURA.EMPLACADO E LICENCIADO EM NOME DO ENTE FEDERADO E ATENDER INTEGRALMENTE A TODOS OS ITENS E ACESSÓRIOS OBRIGATÓRIOS EXIGIDOS PELA LEGISLAÇÃO DE TRÂNSITO VIGENTE, NOS TERMOS DO ART. 105 DO CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO E DAS RESOLUÇÕES DO CONTRAN APLICÁVEIS.			
TOTAL R\$310.289,17					

2. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

2.1. As despesas decorrentes desta licitação correrão à conta dos recursos consignados ao orçamento da SEMPRE para o exercício financeiro de 2026.

- a)** Unidade Orçamentária: 52100.
- b)** Subação: 08.242.0003.121700 – Salvador Mais Inclusiva- Implementação de ações para Pessoas com Deficiência.
- c)** Elemento de Despesa: 44.90.52 – Outros Serviços Terceiros – Pessoa Jurídica.
- d)** Fonte: 2.660.3.1.0.037 – Superávit Federal.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar desta licitação os interessados previamente credenciados no SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras), desde que atendam às condições de cadastramento exigidas até a data prevista para o recebimento das propostas.

3.2. O licitante responde exclusivamente pelas transações realizadas em seu nome, bem como pela exatidão e atualização de seus dados cadastrais, devendo providenciar, de imediato, a correção de eventuais inconsistências.

3.3. O grupo único é destinado à ampla participação, inclusive de microempresas e empresas de pequeno porte.

3.4. Será assegurado tratamento favorecido às microempresas, empresas de pequeno porte, sociedades cooperativas, agricultor familiar, produtor rural pessoa física e microempreendedor individual, nos limites da legislação aplicável.

3.5. Não poderão participar desta licitação, entre outros impedidos legais:

- a)** quem não atender às condições do Edital e de seus anexos;
- b)** autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, bem como empresa a eles vinculada, quando a licitação versar sobre objeto a eles relacionado;
- c)** pessoa física ou jurídica sancionada com impedimento de licitar ou contratar, enquanto perdurarem os efeitos da sanção;
- d)** quem mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão contratante, com agente público que atue na licitação, na fiscalização ou na gestão do contrato, ou com seus cônjuges, companheiros ou parentes até o terceiro grau;

- e) empresas controladoras, controladas ou coligadas, concorrendo entre si;
- f) pessoa física ou jurídica condenada, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do Edital, por exploração de trabalho infantil, submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou contratação irregular de adolescentes;
- g) agente público do órgão ou entidade licitante;
- h) pessoas jurídicas reunidas em consórcio;
- i) organizações da sociedade civil de interesse público - OSCIP, atuando nessa condição.

3.6. O impedimento decorrente de sanção também alcança o licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a penalidade aplicada, desde que comprovada a fraude.

3.7. A vedação de participação estende-se a terceiros que auxiliem a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3.8. Em contratações parcialmente financiadas por organismo internacional, também não poderá participar pessoa física ou jurídica integrante de cadastro de sancionados da entidade financiadora ou declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. Nesta licitação, a fase de habilitação ocorrerá após as etapas de apresentação de propostas, lances e julgamento.

4.2. A proposta deverá ser encaminhada exclusivamente por meio do sistema eletrônico, até a data e o horário estabelecidos para a abertura da sessão pública.

4.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante deverá apresentar, em campo próprio do sistema, as declarações nele exigidas, conforme a sua condição, em conformidade com o Edital e a legislação aplicável. A sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, o atendimento ao art. 16 da Lei nº 14.133/2021.

4.4. A microempresa, a empresa de pequeno porte ou a sociedade cooperativa deverá declarar, em campo próprio do sistema, que cumpre os requisitos para usufruir do tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123/2006, observado o art. 4º da Lei nº 14.133/2021.

4.5. A falsidade das declarações sujeitará o licitante às sanções cabíveis.

4.6. Os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de proposta ajustada serão disponibilizados para acesso público após a fase de lances.

4.7. Se o sistema disponibilizar a funcionalidade de parametrização, o licitante deverá observar as regras nele previstas para definição, alteração e sigilo do valor final mínimo.

4.8. Compete ao licitante acompanhar as operações no sistema durante todo o certame e comunicar imediatamente ao provedor qualquer fato que comprometa o sigilo ou a segurança do acesso.

4.9. A proposta deverá ser cadastrada com o preenchimento dos campos exigidos pelo sistema, em conformidade com o Termo de Referência e com este Edital.

4.10. Todas as especificações constantes da proposta vinculam o licitante.

4.11. Nos valores ofertados deverão estar incluídos todos os custos diretos e indiretos necessários à execução do objeto, inclusive encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributários, comerciais, frete, seguro e demais despesas incidentes.

4.12. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial quanto na etapa de lances, são de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear alteração posterior por erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.13. Se o regime tributário da empresa implicar recolhimento variável de tributos, a cotação deverá refletir a média dos recolhimentos efetivos dos últimos 12 (doze) meses.

4.14. Independentemente do percentual indicado na planilha, serão retidos na fonte os percentuais previstos na legislação vigente.

4.15. A apresentação da proposta implica aceitação integral das condições estabelecidas neste Edital e no Termo de Referência, bem como o compromisso de executar o objeto nos termos ofertados.

4.16. O prazo de validade da proposta não será inferior a **90 (noventa) dias**, contados da data de sua apresentação.

4.17. Os licitantes deverão observar os preços máximos unitários e o valor total máximo estabelecidos pela Administração.

5. DA SESSÃO PÚBLICA, DOS LANCES E DA NEGOCIAÇÃO

5.1. A abertura da sessão pública ocorrerá automaticamente, por meio do sistema eletrônico, na data, no horário e no local indicados neste Edital.

5.2. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente cadastrada. Será desclassificada a proposta que identifique o licitante, devendo a decisão ser fundamentada e registrada no sistema.

5.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, e somente estas participarão da fase de lances.

5.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o pregoeiro e os licitantes.

5.5. Os lances deverão ser ofertados exclusivamente pelo sistema, pelo valor total do grupo, em ordem sucessiva e sempre em valor inferior ao último lance registrado pelo próprio licitante.

5.6. O intervalo mínimo entre lances será de R\$ 0,01 (um centavo). O licitante poderá excluir seu último lance, uma única vez, no prazo de 15 (quinze) segundos após o registro, em caso de lance inconsistente ou inexecuível.

5.7. O procedimento seguirá o **modo de disputa aberto e fechado**. Na etapa aberta, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos por 15 (quinze) minutos. Encerrado esse prazo, o sistema emitirá aviso de fechamento iminente, que perdurará por até 10 (dez) minutos, em período aleatoriamente determinado, ao final do qual a recepção de lances será automaticamente encerrada.

5.8. Encerrada a etapa aberta, o sistema permitirá ao autor da melhor oferta e aos licitantes com propostas até 10% (dez por cento) superiores a ela a apresentação de lance final e fechado, no prazo de 5 (cinco) minutos, mantido o sigilo até o término desse período. Não havendo pelo menos 3 (três) licitantes nessa condição, poderão ser convocados os autores dos melhores lances subsequentes, até o máximo de 3 (três), para o mesmo procedimento.

5.9. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo o primeiro registrado no sistema. Durante a sessão, os licitantes serão informados, em tempo real, do menor lance registrado, sem identificação do ofertante.

5.10. Se houver desconexão do sistema para o pregoeiro por mais de 10 (dez) minutos, a sessão será suspensa e reiniciada após comunicação aos participantes, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas.

5.11. O licitante que não apresentar lances concorrerá com o valor de sua proposta inicial. Havendo apenas uma proposta, ela poderá ser aceita, desde que atenda às exigências do instrumento convocatório e seja compatível com o valor estimado.

5.12. Nos itens não exclusivos para microempresas e empresas de pequeno porte, após a etapa de lances, o sistema aplicará, quando cabível, o tratamento favorecido previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006 e no Decreto nº 8.538/2015. Considerar-se-ão empatadas as propostas apresentadas por ME e EPP até 5% (cinco por cento) superiores à melhor proposta de empresa não beneficiária. A ME ou EPP mais bem classificada nessa faixa poderá apresentar nova oferta inferior à primeira colocada no prazo de 5 (cinco) minutos, observada a ordem de classificação e, em caso de igualdade de valores, sorteio.

5.13. Somente poderá haver empate entre propostas de mesmo valor que não tenham sido seguidas de lances, ou entre lances finais da fase fechada. Nessa hipótese, serão observados, sucessivamente, os critérios de desempate previstos no art. 60 da Lei nº 14.133/2021. Persistindo o empate, serão aplicadas as preferências legais e, se ainda necessário, realizado sorteio.

5.14. Encerrada a etapa de lances, se a proposta da licitante mais bem classificada permanecer acima dos preços máximos fixados pela Administração, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas por meio do sistema. Se a proposta permanecer acima do preço máximo, o pregoeiro poderá negociar com as demais licitantes, observada a ordem de classificação.

5.15. Concluída a negociação, o pregoeiro solicitará à licitante mais bem classificada o envio, no prazo de **2 (duas) horas**, da proposta ajustada ao último lance ou ao valor negociado, acompanhada, se necessário, de documentos complementares. O prazo poderá ser prorrogado mediante solicitação fundamentada apresentada no chat do sistema antes do seu término.

6. DO JULGAMENTO DA PROPOSTA

6.1. Encerrada a negociação, o pregoeiro verificará se a licitante provisoriamente classificada em primeiro lugar atende às condições de participação no certame e, quando cabível, ao enquadramento necessário para usufruto do tratamento favorecido.

6.2. Em seguida, será examinada a proposta quanto à adequação ao objeto, à compatibilidade do preço com o valor máximo admitido e ao atendimento das exigências constantes do Edital e de seus anexos.

6.3. Será desclassificada a proposta que:

- a)** conter vício insanável;
- b)** não atender às especificações técnicas do Termo de Referência, do Edital ou de seus anexos;
- c)** apresentar preços inexequíveis ou superiores aos preços máximos unitários ou total admitidos;
- d)** não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido;
- e)** apresentar desconformidade com exigência do Edital ou de seus anexos que não admita saneamento.

6.4. Se houver indícios de inexequibilidade ou necessidade de esclarecimentos complementares, o pregoeiro poderá promover diligências para aferir a viabilidade da proposta, inclusive mediante apresentação de notas fiscais, planilhas ou outros documentos idôneos.

6.5. Se a Administração tiver elaborado planilha de custos para decomposição do valor estimado, o licitante classificado em primeiro lugar poderá ser convocado a apresentar planilha correspondente, ajustada ao valor final de sua proposta.

6.6. Irregularidades meramente formais que não comprometam o conteúdo da proposta, seu entendimento ou o interesse público não ensejarão desclassificação. Erros materiais ou de preenchimento poderão ser saneados, desde que não impliquem majoração do preço nem alteração

da substância da proposta.

7. DA HABILITAÇÃO

7.1. Os documentos de habilitação previstos no Termo de Referência e neste Edital, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de cumprir o objeto da licitação, serão exigidos nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133/2021.

7.2. A documentação relativa à habilitação jurídica, fiscal, social, trabalhista e econômico-financeira poderá ser substituída pelo Certificado de Registro Cadastral - CRC expedido pelo SICAF, nos limites das informações nele constantes.

7.3. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado o envio, via sistema, **juntamente com a proposta ajustada**, dos documentos de habilitação exigidos neste Edital.

7.4. Para fins de habilitação, serão exigidos documentos relativos a:

- a) habilitação jurídica;
- b) regularidade fiscal, social e trabalhista;
- c) qualificação econômico-financeira;
- d) qualificação técnica;
- e) documentação complementar eventualmente exigida no Edital.

7.5. A **habilitação jurídica** será comprovada conforme a natureza do licitante, mediante apresentação dos documentos constitutivos pertinentes, inclusive atos de registro, estatuto ou contrato social, documentos de identificação, prova da representação dos administradores e, quando for o caso, documentos específicos de MEI, cooperativas, agricultor familiar, produtor rural ou empresas estrangeiras.

7.6. A **regularidade fiscal, social e trabalhista** será comprovada por meio de inscrição no CPF ou CNPJ, inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e/ou municipal, regularidade perante as Fazendas federal, estadual e municipal, regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS e certidão de regularidade perante a Justiça do Trabalho, observado o tratamento legal conferido ao MEI.

7.7. A **qualificação econômico-financeira** será comprovada mediante certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante e comprovação de patrimônio líquido de 5% (cinco por cento) do valor total estimado da contratação.

7.8. A **qualificação técnica** será comprovada por atestado de fornecimento de bens similares, em quantidades e características compatíveis com o objeto licitado, bem como por declaração de pleno conhecimento, devidamente assinada por representante legal, declarando que tem pleno conhecimento de todas as informações para o cumprimento das obrigações objeto desta licitação.

7.9. Não serão aceitos documentos com indicação de CNPJ ou CPF divergente, salvo os legalmente admitidos. Se o licitante for matriz, os documentos deverão estar em nome da matriz; se for filial, em nome da filial, ressalvadas as hipóteses em que, pela natureza do documento, seja possível sua emissão somente em nome da matriz, inclusive quanto à centralização de recolhimento do FGTS e de contribuições correlatas.

7.10. O pregoeiro poderá consultar sítios oficiais de órgãos e entidades emissoras para verificar a autenticidade e a regularidade dos documentos apresentados.

7.11. Poderá ser solicitado o envio de documentos complementares para confirmação de informações já apresentadas ou para comprovação de condição preexistente à data da proposta, observado o art. 64 da Lei nº 14.133/2021.

7.12. Em se tratando de microempresa ou empresa de pequeno porte, aplica-se o disposto no art. 43,§

1º, da Lei Complementar nº 123/2006.

7.13. Se a proposta for desclassificada ou se o licitante não comprovar o atendimento às exigências de habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de proposta que atenda ao Edital.

8. DOS RECURSOS

8.1. Caberá recurso em face do julgamento das propostas, do ato de habilitação ou inabilitação e da anulação ou revogação da licitação.

8.2. Nos casos de julgamento das propostas e de habilitação ou inabilitação, a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, no prazo de até 10 (dez) minutos, exclusivamente no sistema eletrônico, sob pena de preclusão.

8.3. Aceita a intenção de recurso, o recorrente terá o prazo de 3 (três) dias úteis para apresentar as razões no sistema, ficando os demais licitantes desde logo intimados para, no mesmo prazo, apresentar contrarrazões, contado da disponibilização das razões recursais.

8.4. Não será admitida intenção de recurso de caráter protelatório, fundada em mera insatisfação ou em alegações genéricas.

8.5. O não oferecimento das razões recursais no prazo legal implicará o não conhecimento do recurso.

8.6. O acolhimento do recurso implicará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento. O recurso terá efeito suspensivo até decisão final da autoridade competente.

8.7. Será assegurado aos licitantes o acesso aos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

9. DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

9.1. Não havendo recurso, o objeto será adjudicado ao licitante vencedor.

9.2. Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto ao vencedor e homologará o procedimento.

9.3. A homologação do resultado não gera, por si só, direito à contratação.

10. DO INSTRUMENTO CONTRATUAL

10.1. Homologado o resultado, o adjudicatário será convocado para assinar o instrumento contratual no prazo de 5 (cinco) dias úteis, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções cabíveis.

10.2. A exigência de garantia contratual e a validade do produto observarão o disposto no Termo de Referência.

10.3. Por ocasião da assinatura do contrato, será verificado se o adjudicatário mantém as condições de habilitação.

10.4. As obrigações das partes constam do Termo de Referência e da minuta contratual.

11. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

11.1. Constituem infrações administrativas, para os fins da Lei nº 14.133/2021, as condutas previstas no art. 155 da referida lei, sem prejuízo de outras definidas no contrato e na legislação aplicável.

11.2. Pela prática de infração administrativa poderão ser aplicadas, observados o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções: advertência, multa, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, nos termos dos arts. 156 a 163 da Lei nº 14.133/2021.

11.3. A multa moratória será de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias. No caso de atraso na apresentação, suplementação ou reposição de garantia, caso exigida, a multa moratória será de 0,5% (meio por cento) por dia sobre o valor total do contrato, até o máximo de 15% (quinze por cento).

11.4. A multa compensatória será de 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto.

11.5. As sanções poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa, quando cabível, e não afastam o dever de reparação integral do dano causado à Administração.

11.6. Na aplicação das sanções serão considerados, entre outros, a gravidade da infração, as peculiaridades do caso concreto, as circunstâncias agravantes ou atenuantes, os danos causados à Administração e a existência de programa de integridade.

11.7. Os débitos decorrentes de multas ou indenizações poderão ser compensados com créditos devidos pela Administração ao contratado, sem prejuízo de cobrança administrativa ou judicial.

11.8. As sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar serão passíveis de reabilitação perante a própria autoridade que tiver aplicado a penalidade, exigidos, cumulativamente: I – reparação integral do dano causado à Administração Pública; II – pagamento da multa; III – transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar; IV – cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo; V – análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos legais.

11.9. Nas hipóteses de sanção aplicadas em razão das infrações previstas nos incisos VIII e XII do caput do art. 155 da Lei nº 14.133/2021, a reabilitação do licitante ou contratado dependerá, ainda, da implantação ou do aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável, nos termos do parágrafo único do art. 163 da referida Lei.

12. DOS ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

12.1. Qualquer pessoa poderá impugnar este Edital ou solicitar esclarecimentos até 3 (três) dias úteis antes da data fixada para a abertura da sessão pública, exclusivamente pelo endereço eletrônico **cosel-sempre@salvador.ba.gov.br**.

12.2. O pregoeiro, com apoio do setor técnico competente, decidirá sobre a impugnação e prestará os esclarecimentos solicitados, sem suspensão automática dos prazos do certame.

12.3. A concessão de efeito suspensivo à impugnação constitui medida excepcional e deverá ser motivada nos autos.

12.4. Acolhida a impugnação, será designada nova data para a realização do certame, salvo quando a alteração promovida não afetar a formulação das propostas.

12.5. As impugnações deverão ser encaminhadas em arquivo PDF. As respostas serão disponibilizadas no sistema eletrônico em até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à abertura da sessão.

13. DA ANTICORRUPÇÃO

13.1 Os licitantes e contratados devem observar o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual. Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:

I. prática corrupta: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem

com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;

II. prática fraudulenta: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;

III. prática colusiva: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;

IV. prática coercitiva: causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato.

V. prática obstrutiva:

a) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista deste Edital;

b) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

13.2 Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução um contrato financiado pelo organismo.

13.3 Considerando os propósitos das cláusulas acima, o licitante vencedor, como condição para a contratação, deverá concordar e autorizar que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.

14. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

14.2. Se não houver expediente ou ocorrer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário, salvo comunicação em contrário do pregoeiro.

14.3. Todas as referências de tempo neste Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília/DF.

14.4. As normas do certame serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, desde que não comprometam o interesse público, a isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

14.5. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas, não cabendo à Administração qualquer responsabilidade por essas despesas.

14.6. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

14.7. O pregoeiro ou a autoridade superior poderá, em qualquer fase do certame, promover diligências destinadas a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria ter sido apresentado originalmente, ressalvadas as hipóteses legais.

14.8. Em caso de divergência entre este Edital e seus anexos, prevalecerão as disposições deste Edital.

14.9. Na contagem dos prazos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, iniciando-se e vencendo-se apenas em dia de expediente na Administração.

14.10. Integram este Edital: Anexo I - Termo de Referência; Anexo II - Modelo de Proposta de Preços; Anexo III - Modelo de Declarações; e Anexo IV - Minuta do Contrato.

14.11. Este Edital será divulgado no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, no portal www.gov.br/compras e no sítio eletrônico oficial do Município de Salvador.

15. DO FORO

15.1. As questões decorrentes deste Edital que não puderem ser resolvidas administrativamente serão processadas e julgadas no Foro da Comarca de Salvador/BA, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Salvador, 15 de abril de 2026.

Wanete dos Santos Carvalho

Diretor

Mat. N° 3158716

Diretoria de Proteção Social Especial – DPSE / SEMPRE

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

Processo Administrativo nº 256569/2025

1. DAS CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1 Aquisição de Veículo tipo de Van nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

Item				
Item	Código	Descrição	Unidade de Medida	Quantidade
1	100007022	VEÍCULO AUTOMOTOR NOVO (ZERO QUILOMETRO), DO TIPO VAN, ANO/MODELO CORRESPONDENTE AO EXERCÍCIO DA CONTRATAÇÃO, DESTINADO AO TRANSPORTE COLETIVO DE PASSAGEIROS, COM CAPACIDADE MÁXIMA PARA ATÉ 17 (DEZESSETE) OCUPANTES, INCLUINDO O CONDUTOR. A CONFIGURAÇÃO INTERNA DISPONDO DE ASSENTOS INDIVIDUAIS PARA OS PASSAGEIROS, TODOS PROVIDOS DE CINTOS DE SEGURANÇA, COM ESPAÇO INTERNO ADEQUADO E TETO ELEVADO.COMBUSTÍVEL DIESEL, COM POTÊNCIA MÍNIMA DE 120 CV, ASSOCIADA A TRANSMISSÃO MANUAL DE, NO MÍNIMO, 6 (SEIS) MARCHAS, PROJETADA PARA ATENDER ÀS EXIGÊNCIAS DE DESLOCAMENTOS URBANOS E RODOVIÁRIOS. O CONJUNTO MECÂNICO COM SISTEMA DE FREIOS COM TECNOLOGIA ABS, DISPOSITIVOS DE PROTEÇÃO COMO AIRBAGS PARA O MOTORISTA E PASSAGEIRO DO BANCO DIANTEIRO, TACÓGRAFO E LUZES DE RODAGEM DIURNA, MAIS EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA ATIVA E PASSIVA EXIGIDOS PELA REGULAMENTAÇÃO VIGENTE.AR- CONDICIONADO COM DISTRIBUIÇÃO PARA A CABINE E PARA O COMPARTIMENTO DE PASSAGEIROS, COM SAÍDAS DE AR AO LONGO DAS FILEIRAS DE ASSENTOS. VIDROS ELÉTRICOS NAS PORTAS DIANTEIRAS, SISTEMA DE TRAVAMENTO ELÉTRICO NAS PORTAS, RETROVISORES COM AJUSTE ELÉTRICO, ILUMINAÇÃO INTERNA DO SALÃO E COMPUTADOR DE BORDO PARA INFORMAÇÕES OPERACIONAIS.A ESTRUTURA EXTERNA COM NO MÍNIMO 4 (QUATRO) ACESSOS, PORTA LATERAL ENVIDRAÇADA E DESLIZANTE DESTINADA AO EMBARQUE E DESEMBARQUE DOS PASSAGEIROS, COM PORTAS TRASEIRAS.COR BRANCA, COM PADRONIZAÇÃO VISUAL EM CONFORMIDADE COM A LEGISLAÇÃO APLICÁVEL. GARANTIA MÍNIMA DE 12 (DOZE) MESES, COM REDE DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA AUTORIZADA, PELO MENOS NO MUNICÍPIO DE SALVADOR/BA, APTA À EXECUÇÃO DE MANUTENÇÕES PREVENTIVAS E CORRETIVAS DURANTE O PERÍODO DE COBERTURA.EMPLACADO E LICENCIADO EM NOME DO ENTE FEDERADO E ATENDER INTEGRALMENTE A TODOS OS ITENS E ACESSÓRIOS OBRIGATÓRIOS EXIGIDOS PELA LEGISLAÇÃO DE TRÂNSITO VIGENTE, NOS TERMOS DO ART. 105 DO CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO E DAS RESOLUÇÕES DO CONTRAN APLICÁVEIS.	UN	01

1.2 O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme vedação do art. 20 da Lei nº14.133/2021, regulamentado pelo Decreto Municipal nº 36.022, de 19 de setembro de 2022, que estabelece o enquadramento dos Bens de Consumo nas categorias de qualidade comum e de luxo no âmbito da Administração Pública Municipal.

1.3 O prazo de vigência da contratação é 90 (noventa) dias, a contar da assinatura do instrumento contratual, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133/2021.

1.4 O objeto da aquisição caracteriza-se como de natureza comum, pois os padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos por meio de especificações usuais de mercado.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1 A demanda decorre da necessidade de garantir transporte adequado, seguro e acessível para crianças, adolescentes, pessoas com deficiência, pessoas idosas e seus familiares atendidos pela **Associação Bahiana de Reabilitação e Educação ABRE**, unidade executora do Serviço de Proteção Social Especial de Média Complexidade para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias, integrante da rede socioassistencial do Município de Salvador/BA.

2.2. Considerando o perfil do público atendido, composto majoritariamente por pessoas em situação de vulnerabilidade social, muitas delas com limitações de mobilidade e necessidade de acompanhamento familiar, torna-se imprescindível a disponibilização de veículo adequado para deslocamentos externos à instituição, tais como atividades intersetoriais, atendimentos complementares, ações pedagógicas, terapêuticas e comunitárias.

2.3 Atualmente, a inexistência de veículo próprio compatível compromete a regularidade das atividades e impõe riscos à segurança e à acessibilidade dos usuários, além de dificultar a logística operacional do serviço. A medida proporcionará, portanto, maior conforto, segurança, eficiência operacional e continuidade das ações socioassistenciais.

2.4 A aquisição de uma van de até 17 lugares, com ar-condicionado e cintos de segurança, conforme a solicitação da Associação Bahiana de Reabilitação e Educação – ABRE em anexo, atende ao interesse público, contribuindo para a efetividade da política de assistência social e para a promoção da dignidade, da inclusão e da proteção integral dos usuários atendidos pela ABRE.

2.5 A demanda está alinhada com os objetivos da Administração, promovendo inclusão, transparência, governança e fortalecimento das políticas públicas. Ressalta-se que o Município, até o momento, não possui PCA regulamentado, por não se tratar de exigência obrigatória.

2.6 Mas, está alinhada com a necessidade da execução da Emenda, Programação nº 292740820250001, conforme anexo, cujo beneficiário é a Associação Bahiana de Reabilitação e Educação (ABRE).

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

3.1 A solução consiste na aquisição de 01 (um) veículo do tipo van, com capacidade para até 17 lugares, destinado ao transporte de usuários e de seus familiares atendidos pela Associação Bahiana de Reabilitação e Educação – ABRE, para participação em atividades externas à instituição.

3.2 A aquisição do referido veículo visa atender ao interesse público, contribuir para a efetividade da política de assistência social e assegurar a adequada execução da Programação nº 292740820250001, possibilitando o deslocamento seguro, regular e adequado dos usuários.

3.3 Nos termos do art. 26 da Portaria MC nº 580/2020, e em conformidade com a legislação e o regulamento de licitações vigentes, a aquisição de veículos com recursos federais deverá ser realizada pelo ente municipal, por meio de procedimento licitatório.

4 REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Da Sustentabilidade

4.1.1. A contratada deverá observar as exigências legais de sustentabilidade ambiental na execução do objeto, conforme preconizam a Lei nº 6.938/81, a Instrução Normativa nº 01/10 do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão MPOG, a Instrução Normativa nº 31/09 do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA e a Lei Municipal nº 8.915/15.

4.2. Da Subcontratação

4.2.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

4.3. Da Garantia da Contratação

4.3.1. Considerando que o bem será entregue em parcela única, não será exigida a garantia da contratação.

5 MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. Da Entrega

- 5.1.1. O veículo deverá ser entregue no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, contados a partir do recebimento da Ordem de Fornecimento.
- 5.1.2. A empresa vencedora deverá efetuar a entrega do veículo em perfeitas condições de uso e funcionamento, conforme proposta apresentada, especificações técnicas e níveis de desempenho mínimo exigidos, na Secretaria de Promoção Social, Combate à Pobreza, Esportes e Laser - SEMPRESSE localizado na Rua da Argentina - lateral, nº 31, bairro Comércio, Salvador/BA, horário 08:00h às 17:00h ou em outro endereço em Salvador apontado, em tempo hábil, pela SEMPRESSE.
- 5.1.3. O descumprimento do prazo acarretará sanções previstas na Lei 14.133/2021 e suas alterações.

5.2. Dos Critérios de Aceitação

- 5.2.1. O veículo deverá ser entregue na quantidade especificada, consoante com o discriminado neste Termo de Referência.
- 5.2.2. O veículo será recebido provisoriamente no prazo de 10 (dez) dias corridos, pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.
- 5.2.3. O veículo poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigido/refeito/substituído no prazo fixado pelo fiscal do contrato, à custa da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.
- 5.2.4. O veículo será recebido definitivamente no prazo de 10 (dez) dias corridos, contados do recebimento provisório, após a verificação completa dos objetos e consequente

aceitação mediante termo circunstanciado.

- 5.2.5. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser concretizada dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.
- 5.2.6. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor.

5.3. Das Condições de Manutenção e Assistência Técnica

- 5.3.1. O fornecedor deverá garantir toda a assistência técnica necessária durante o período de garantia.
- 5.3.2. O período de garantia deverá ser de, no mínimo, 12 (doze) meses, contados a partir da data de recebimento do veículo.
- 5.3.3. O fornecedor deverá citar em sua proposta a sistemática de assistência técnica, com nome e endereço do (s) representante (s) autorizado (s) a prestar (em) estes serviços.
- 5.3.4. Durante o período de garantia, as despesas decorrentes da manutenção corretiva e de substituição de peças/componentes que apresentem defeitos de fabricação, devido ao uso normal dos veículos, ocorrerão por conta exclusiva da Contratada.
- 5.3.5. Entende-se por manutenção corretiva, para fins a que se destina este Termo de Referência, aquela que tem como objetivo remover e substituir os defeitos de fabricação apresentado pelo veículo, compreendendo motor, peças, ajustes, reparos e correções necessárias.
- 5.3.6. No caso do veículo que apresentar defeitos e, conseqüentemente forem substituídos, a garantia será contada a partir da nova data de entrega do veículo.

5.4. Da Plotagem do Veículo.

- 5.4.1. Os veículos deverão ser entregues com padronização visual do Ministério da Cidadania, Anexo B, conforme a Portaria N° 121/2021.

6 MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

- 6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial, na forma da Lei nº 14.133/2021, art. 115, caput.
- 6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila, na forma da Lei nº 14.133/2021, art. 115, §5º.
- 6.3. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo (s) fiscal (is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos na forma da Lei nº 14.133/2021, art. 117, caput.
 - 6.3.1. O fiscal do contrato anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados na forma da Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º.
 - 6.3.2. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência na forma da Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º.
- 6.4. O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados na forma da Lei nº 14.133/2021, art. 119.
- 6.5. O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante na forma da Lei nº 14.133/2021, art. 120.

- 6.6.** Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.
- 6.6.1. A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato na forma da Lei nº 14.133/2021, art. 121 caput e §1º.
- 6.7.** As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 6.8.** O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 6.9.** Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), caso esses documentos não estejam regularizados.

7 CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

- 7.1.** O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias úteis, observando-se o quanto previsto no Termo de Referência.
- 7.2.** O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação aos critérios de medição e pagamento.

8 FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

8.1. Forma e Critérios de Seleção do Fornecedor

- 8.1.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob forma ELETRÔNICA, com critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.
- 8.1.2. O valor máximo será igual ao valor global de referência e os valores unitários não poderão ultrapassar os valores constantes na planilha apresentada pela SEMPRE.
- 8.1.3. A proposta apresentada deverá incluir todas e quaisquer despesas necessárias à execução do objeto, conforme previsto em Edital, tais como: tributos, custas e emolumentos, contribuições sociais, fiscais, parafiscais, fretes, seguros e demais despesas inerentes, devendo o preço ofertado corresponder rigorosamente às especificações do objeto, não cabendo quaisquer reivindicações devidas a erros nessa avaliação, para efeito de solicitar revisão de preços por recolhimentos determinados por autoridade competente.
- 8.1.4. Considerando tratar-se de aquisição de 01 (um) veículo, entende-se que o parcelamento não é aplicado. Dever-se-á realizar a licitação por item.
- 8.1.5. O item é para ampla participação de interessados, inclusive microempresas e empresas de pequeno porte.
- 8.1.5.1. Neste certame não será reservada cota do objeto para aquisição prevista no art. 48, III, da Lei Complementar nº 123/2006, por trata-se de aquisição de 01 (um) veículo. Sendo assim, o tratamento diferenciado não será aplicado para reserva de cota.
- 8.1.6. Não será permitida a participação de consórcios no certame. A ausência de consórcios não trará prejuízos ao certame, visto que, em regra, a formação de consórcios é

admitida quando o objeto a ser licitado envolve questões de alta complexidade ou de relevante vulto, em que empresas, isoladamente, não teriam condições de suprir os requisitos de habilitação do Edital.

8.2. Forma de Entrega

8.2.1. Quanto a forma de fornecimento, justifica-se a entrega de forma imediata e integral do bem.

8.3. Habilitação Jurídica, Fiscal, Social e Trabalhista

8.3.1. As exigências de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista, necessárias e suficientes para demonstrar a capacidade de o licitante cumprir com o objeto da licitação, são aquelas previstas na Lei 14.133/2021 e definidas no Edital.

8.4. Qualificação Econômico-Financeira

8.4.1. Os critérios de qualificação econômico-financeira a serem atendidos pelo licitante são aqueles previstos na Lei 14.133/2021 e definidos no Edital, além do abaixo discriminado:

- a) A licitante deverá comprovar que possui Patrimônio Líquido de 5% (cinco por cento) do valor total estimado da contratação.
- b) Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante.

8.5. Qualificação Técnica

8.5.1. Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão:

8.5.1.1. Atestado(s) de capacidade técnica fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que o licitante forneceu, produtos compatíveis com o objeto desta licitação.

8.5.1.2. Declaração de Pleno conhecimento, devidamente assinada por representante legal, declarando que tem pleno conhecimento de todas as informações para o cumprimento das obrigações objeto desta licitação, conforme modelo disponibilizado no anexo do edital.

8.5.1.3. Os critérios de qualificação técnica acima indicados são estritamente necessários e suficientes para avaliar a capacidade de execução do objeto pelos proponentes, sem restringir a competitividade do certame.

9 ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O custo estimado total da contratação é de **R\$ 310.289,17 (trezentos e dez mil, duzentos e oitenta e nove reais e dezessete centavos)**, conforme planilha orçamentária, anexo A, deste Termo de Referência.

10 ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no orçamento do Município.

10.1.2 A contratação será atendida pela seguinte dotação:

10.1.2.1 Programação nº: 292740820250001;

10.1.2.2 Subação: 08.242.0003.121700 – Salvador Mais Inclusiva -
Implementação de Ações para Pessoas com Deficiência

10.1.2.3 Elemento de Despesa: 44.90.52 – Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

10.1.2.4 Fonte: 2.660.3.1.0.037 - Superávit Federal

10.1.2.5 CC: 8004-7 – Banco do Brasil

10.2 A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

11 OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 11.1. Proporcionar à contratada todas as condições necessárias ao pleno cumprimento das obrigações decorrentes do contrato;
- 11.2. Acompanhar a entrega do bem contratado;
- 11.3. Efetuar o pagamento à CONTRATADA, após o recebimento definitivo do bem e verificação do cumprimento de todas as obrigações legais fiscais, previdenciárias, e as demais disposições do Termo de Referência, Edital e Contrato;
- 11.4. Promover o acompanhamento e fiscalização do fornecimento do bem, sob o aspecto quantitativo e qualitativo, anotando em registro próprio as falhas detectadas e impugnando quaisquer erros ou omissões que considere em desacordo com as obrigações da CONTRATADA;
- 11.5. Receber através do Servidor/Comissão competente, o bem descrito e especificado na proposta da CONTRATADA.
- 11.6. Devolver, no prazo de até 10 (dez) dias, o bem entregue fora das especificações exigidas ou quando não estejam em conformidade com os padrões de qualidade, dando ciência dos motivos da recusa à CONTRATADA que assumirá todas as despesas daí decorrentes.
- 11.7. Notificar previamente à CONTRATADA, quando da aplicação de penalidades;
- 11.8. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelos responsáveis da CONTRATADA.
- 11.9. Dar ciência à CONTRATADA de quaisquer modificações que venham a ocorrer no contrato.
- 11.10. Atestar as notas fiscais/faturas, por servidor/comissão competente, emitidas pela CONTRATADA, recusando-as quando inexatas ou incorretas, efetuando todos os pagamentos nas condições pactuadas.
- 11.11. Emitir Autorização de Fornecimento, pelo setor competente, para instruir a entrega do objeto, documentando-o e comprovando-o nesse ato.
- 11.12. Além das cláusulas mencionadas acima, o contrato preverá maior detalhamento das regras que serão aplicadas as obrigações da contratante.

12 OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 12.1. Assegurar condições materiais, logística e recursos humanos para a realização do objeto do contrato e seus anexos.
- 12.2. Entregar, na data apazada, o produto de acordo com as especificações técnicas constantes no edital de licitação e no presente contrato.
- 12.3. Responder por quaisquer danos que venha a causar à União, Estado, Município ou a terceiros, em função do objeto do contrato firmado, bem como por todos os danos e prejuízos decorrentes de paralisações na entrega dos produtos, salvo na ocorrência de motivo de força maior, apurados na forma da legislação vigente, e desde que comunicados à CONTRATANTE no prazo de 48 (quarenta e oito) horas do fato, ou da ordem expressa e escrita da CONTRATANTE.
- 12.4. Arcar com todas as despesas, diretas ou indiretas, decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas sem qualquer ônus à CONTRATANTE.
- 12.5. Manter durante toda a execução do contrato as mesmas condições da habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- 12.6. Efetuar pontualmente o pagamento de todas as taxas e impostos que incidam ou

venham a incidir sobre as suas atividades e/ou sobre a execução do objeto do presente contrato, bem como observar e respeitar as legislações Federal, Estadual e Municipal, relativas ao objeto do contrato.

- 12.7. Substituir, total ou parcialmente, às suas expensas, os produtos objeto deste contrato em que se verifiquem má qualidade e (ou) qualidade divergente da especificação solicitada, após notificação, no prazo de 10 dias.
- 12.8. Reparar, corrigir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verifiquem vícios, defeitos, resultantes da entrega do produto.
- 12.9. Acatar as normas e condições do edital e anexos que integram este instrumento, independente de transcrição.
- 12.10. Respeitar no ato da entrega do produto, o tempo para conferência qualitativa e quantitativa dos mesmos, realizado pelo recebedor.
- 12.11. Declarar expressamente, que a garantia técnica nacional mínima do bem não possui prazo inferior a 12 (doze) meses.
 - 12.11.1. O prazo para realizar os serviços de assistência técnica ao veículo, será no máximo 07 (sete) dias úteis.
- 12.12. Especificar a infraestrutura que o fornecedor dispõe, como instalações, aparelhamento e demais condições para assistência técnica dos veículos objeto do contrato, relacionando os endereços, inclusive virtuais, telefones e representantes comerciais dos centros de atendimento técnico.
- 12.13. Indicar expressamente o nome, no município de Salvador/BA, das concessionárias responsáveis pela assistência técnica, com os seguintes dados: razão social, CNPJ, endereço completo, número de telefone e endereço eletrônico (e-mail), e o nome da pessoa responsável para contato.
- 12.14. Responsabilizar-se pela qualidade dos materiais e serviços executados ou fornecidos, inclusive quanto à promoção de readequações, sempre que detectadas impropriedades que possam comprometer a consecução do objeto;
- 12.15. Permitir o livre acesso dos servidores da CONTRATANTE, do CONCEDENTE, quando houver, dos órgãos de controle interno e externo, da mandatária, do apoiador técnico e de demais agentes legalmente autorizados aos documentos, registros contábeis, fiscais, trabalhistas, previdenciários, operacionais e demais informações relacionadas à execução do contrato.
- 12.16. Além das cláusulas mencionadas acima, o contrato preverá maior detalhamento das regras que serão aplicadas as obrigações da contratada.

13 DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

- 13.1. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação a alteração subjetiva.

14 DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

- 14.1. Será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.
- 14.2. A gestão e fiscalização do contrato será de responsabilidade da CONTRATANTE, Secretaria Municipal de Promoção Social, Combate à Pobreza, Esporte e Lazer – SEMPRE.
- 14.3. O nome do gestor e do fiscal/preposto do contrato será designado por Ato Interno emitido pelo Secretário da Secretaria Municipal de Promoção Social, Combate à Pobreza, Esporte e Lazer – SEMPRE, no prazo de 05 (cinco) dias úteis após a assinatura do contrato, devendo tal ato ser anexado ao processo licitatório, com comunicação imediata à CONTRATADA.
- 14.4. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de

imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 120 da Lei nº 14.133/2021.

- 14.5.** O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

15 DO REAJUSTE

- 15.1.** Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 20/03/2026.
- 15.2.** Após o interregno de 1 (um) ano, havendo pedido da CONTRATADA, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pela CONTRATANTE, do **ÍNDICE NACIONAL DE PREÇOS AO CONSUMIDOR AMPLO - IPCA** ou, na sua falta, pelo índice legalmente previsto à época, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
- 15.3.** Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 15.4.** O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação reajuste.

16 DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 16.1** O fornecedor sujeitar-se-á, no caso de cometimento de infrações ou inadimplemento de suas obrigações, às penalidades previstas na Lei nº 14.133/2021, sem prejuízo das demais cominações legais.

17 DISPOSIÇÕES GERAIS

- 17.1.** O presente Termo de Referência foi elaborado pela Diretoria De Proteção Social Especial -DPSE/SEMPRE, estando em consonância com as disposições legais e normativas aplicáveis e com interesse e conveniência da Administração, afastando-se as características, cláusulas e condições que direcionem, comprometam, restrinjam ou frustre o caráter competitivo da licitação, passando, assim, a integrar o processo administrativo formalizado.

18 ANEXO

- 18.1.** Anexo A – Planilha Orçamentária;
- 18.2.** Anexo B – Padronização visual;

Salvador – Ba, 15 de abril de 2026.

Wanete dos Santos Carvalho

Diretor

Mat. Nº 3158716

Diretoria de Proteção Social Especial – DPSE / SEMPRE

ANEXO A do TR

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA

ITEM						
Item	Código	Descrição	Unidade de Medida	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
1	100007022	VEÍCULO AUTOMOTOR NOVO (ZERO QUILOMETRO), DO TIPO VAN, ANO/MODELO CORRESPONDENTE AO EXERCÍCIO DA CONTRATAÇÃO, DESTINADO AO TRANSPORTE COLETIVO DE PASSAGEIROS, COM CAPACIDADE MÁXIMA PARA ATÉ 17 (DEZESSETE) OCUPANTES, INCLUINDO O CONDUTOR. A CONFIGURAÇÃO INTERNA DISPONDO DE ASSENTOS INDIVIDUAIS PARA OS PASSAGEIROS, TODOS PROVIDOS DE CINTOS DE SEGURANÇA, COM ESPAÇO INTERNO ADEQUADO E TETO ELEVADO.COMBUSTÍVEL DIESEL, COM POTÊNCIA MÍNIMA DE 120 CV, ASSOCIADA A TRANSMISSÃO MANUAL DE, NO MÍNIMO, 6 (SEIS) MARCHAS, PROJETADA PARA ATENDER ÀS EXIGÊNCIAS DE DESLOCAMENTOS URBANOS E RODOVIÁRIOS. O CONJUNTO MECÂNICO COM SISTEMA DE FREIOS COM TECNOLOGIA ABS, DISPOSITIVOS DE PROTEÇÃO COMO AIRBAGS PARA O MOTORISTA E PASSAGEIRO DO BANCO DIANTEIRO, TACÓGRAFO E LUZES DE RODAGEM DIURNA, MAIS EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA ATIVA E PASSIVA EXIGIDOS PELA REGULAMENTAÇÃO VIGENTE.AR-CONDICIONADO COM DISTRIBUIÇÃO PARA A CABINE E PARA O COMPARTIMENTO DE PASSAGEIROS, COM SAÍDAS DE AR AO LONGO DAS FILEIRAS DE ASSENTOS. VIDROS ELÉTRICOS NAS PORTAS DIANTEIRAS, SISTEMA DE TRAVAMENTO ELÉTRICO NAS PORTAS, RETROVISORES COM AJUSTE ELÉTRICO, ILUMINAÇÃO INTERNA DO SALÃO E COMPUTADOR DE BORDO PARA INFORMAÇÕES OPERACIONAIS.A ESTRUTURA EXTERNA COM NO MÍNIMO 4 (QUATRO) ACESSOS, PORTA LATERAL ENVIDRAÇADA E DESLIZANTE DESTINADA AO EMBARQUE E DESEMBARQUE DOS PASSAGEIROS, COM PORTAS TRASEIRAS.COR BRANCA, COM PADRONIZAÇÃO VISUAL EM CONFORMIDADE COM A LEGISLAÇÃO APLICÁVEL. GARANTIA MÍNIMA DE 12 (DOZE) MESES, COM REDE DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA AUTORIZADA, PELO MENOS NO MUNICÍPIO DE SALVADOR/BA, APTA À EXECUÇÃO DE MANUTENÇÕES PREVENTIVAS E CORRETIVAS DURANTE O PERÍODO DE COBERTURA.EMPLACADO E LICENCIADO EM NOME DO ENTE FEDERADO E ATENDER INTEGRALMENTE A TODOS OS ITENS E ACESSÓRIOS OBRIGATÓRIOS EXIGIDOS PELA LEGISLAÇÃO DE TRÂNSITO VIGENTE, NOS TERMOS DO ART. 105 DO CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO E DAS RESOLUÇÕES DO CONTRAN APLICÁVEIS.	UN	01	R\$ 310.289,17	R\$ 310.289,17
TOTAL			R\$ 310.289,17			

OBSERVAÇÕES:

1. A Licitação deverá se dar pelo critério de MENOR PREÇO, neste considerado o VALOR GLOBAL DO OBJETO A SER CONTRATADO, constante do item 1 do presente Termo de Referência;
2. Aquisição de Veículo tipo de Van, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento;
3. A Planilha Orçamentária ora apresentada serve apenas para cumprimento do quanto determinado pela Lei Federal nº 14.133/2021, notadamente quanto ao VALOR DE REFERÊNCIA;
4. Os valores unitários não deverão ultrapassar o VALOR GLOBAL, na forma da Lei Federal nº 14.133/2021;
5. O proponente deverá elaborar a sua proposta escrita de preços de acordo com as exigências constantes no Termo de Referência, **expressando os valores em moeda nacional – reais e centavos, em duas casas decimais**, ficando esclarecido que não serão admitidas propostas alternativas.

ANEXO B

PADRONIZAÇÃO VISUAL



**MINISTÉRIO DO
DESENVOLVIMENTO
E ASSISTÊNCIA SOCIAL,
FAMÍLIA E COMBATE À FOME**





mobsuas

mobsuas
Sistema Único de Assistência Social

C71 M39 Y100 K30

C14 M58 Y100 K2

C1 M14 Y100 K0

C69 M48 Y100 K50

C17 M54 Y100 K5

C17 M54 Y100 K5

C91 M79 Y62 K97

02. VAN


Pintura

- Cor: branca;
- Sistema poliuretano bi componente; e
- Espessura da camada seca entre 50 e 60 µm.

Adesivagem

- Tipo: adesivo leitoso de boa qualidade e durabilidade, compatível com os tipos e modelos utilizados no mercado na época da adesivação.
- Local de aplicação: faixas de identificação conforme imagens ilustrativas presentes nesse manual.
- Posicionamento:
 - Lateral direita: faixas laterais;
 - Lateral esquerda: diametralmente oposto;
 - Traseira; e
 - Dianteira.

Cores do adesivo

 — CMYK 13 45 99 3

 — CMYK 95 61 37 26



LATERAL





TRASEIRA

IDENTIFICAÇÃO DE DISQUE DENÚNCIA/OUVIDORIA

Adesivo de identificação do telefone da Ouvidoria do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome

- Ouvidoria: 121
- Tipografia: Arial Bold



INSTRUÇÕES GERAIS

Após a finalização das peças os layouts deverão ser procedidos de aprovação da publicidade através do e-mail: **marcas@mds.gov.br**

Todos os layouts devem ser enviados em pdf ou jpeg e nomeados conforme especificação da peça.

Ex: *Carro_passeio_adesivação_Mobsuas; Van_adesivação_Mobsuas; Microonibus_adesivação_Mobsuas; etc.*

Todas as marcas estão disponíveis no *link*: **<https://www.gov.br/mds/pt-br/noticias-e-conteudos/marcas-e-manuais>**

Para informações adicionais sobre as especificações técnicas para aquisição de veículos da Estrutura de Mobilidade no Sistema Único de Assistência Social – MOBSUAS consultar a **Portaria nº 121, de 19 de outubro de 2021**.

MINISTÉRIO DO
DESENVOLVIMENTO
E ASSISTÊNCIA SOCIAL,
FAMÍLIA E COMBATE À FOME





01. SINALIZAÇÃO

**MINISTÉRIO DO
DESENVOLVIMENTO
E ASSISTÊNCIA SOCIAL,
FAMÍLIA E COMBATE À FOME**



01. SINALIZAÇÃO



01. SINALIZAÇÃO

mob**SUAS**

Sistema Único de Assistência Social

mob**SUAS**

01. SINALIZAÇÃO



MINISTÉRIO DO
DESENVOLVIMENTO
E ASSISTÊNCIA SOCIAL,
FAMÍLIA E COMBATE À FOME



ANEXO II

MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

Órgão	PREFEITURA MUNICIPAL DO SALVADOR - PMS SECRETARIA MUNICIPAL DE PROMOÇÃO SOCIAL, COMBATE À POBREZA, ESPORTES E LAZER - SEMPRE	Pregão nº 008/2026
Nome/Contato		
Razão social do fornecedor		
Telefone/ E-mail		

Item	Código	Descrição	Unidade de medida	Quantidade	Valor unitário	Valor total
1			UN		R\$	R\$
VALOR TOTAL						

Observações:

Declaro que no preço cotado estão incluídas todas as despesas necessárias à execução do objeto, inclusive frete, seguro, taxas, tributos e demais encargos incidentes, e que a entrega será efetuada no local indicado pela contratante, sem ônus adicional.

Local e data: _____

Assinatura do representante legal: _____

ANEXO III

MODELO DE DECLARAÇÕES

(Nome da pessoa física ou jurídica), inscrita no CNPJ/CPF sob o nº _____, com sede/endereço em _____,

por intermédio de seu representante legal,

DECLARA, para os devidos fins, que:

A. DECLARAÇÃO DE RELAÇÃO FAMILIAR OU PARENTESCO

- ☐ não possui sócio, diretor ou representante que mantenha relação vedada pelo Edital ou pela legislação aplicável com agentes públicos vinculados à contratação;
- ☐ tem ciência das vedações relativas à subcontratação e à manutenção de vínculo com pessoas impedidas, nos termos do Edital;
- ☐ as informações prestadas nesta declaração são verdadeiras, sob as penas da lei.

B. DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS

- ☐ utilizará os dados pessoais eventualmente acessados exclusivamente para a finalidade relacionada à execução contratual;
- ☐ manterá sigilo e confidencialidade sobre as informações recebidas, observando a Lei nº 13.709/2018;
- ☐ comunicará à contratante, em até 24 (vinte e quatro) horas, qualquer incidente de segurança envolvendo dados pessoais.

C. DECLARAÇÃO DE INTEGRALIDADE DOS CUSTOS

- ☐ a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos necessários ao atendimento dos direitos trabalhistas e demais encargos incidentes na execução do objeto.

D. DECLARAÇÃO DE RESERVA DE CARGOS

- ☐ cumprirá, quando aplicável, as exigências legais de reserva de cargos para pessoas com deficiência e para reabilitados da Previdência Social.

E. DECLARAÇÃO PARA FRUIÇÃO DOS BENEFÍCIOS DE ME/EPP

- ☐ no ano-calendário de realização da licitação, não celebrou contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para enquadramento como empresa de pequeno porte, para fins de fruição dos benefícios previstos na Lei Complementar nº 123/2006.

F. DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DO ART. 7º, XXXIII, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL

- ☐ não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos.

G. DECLARAÇÃO DE PLENO CONHECIMENTO DO EDITAL

- ☐ tem pleno conhecimento do Edital nº 008/2026, de seus anexos e das condições para o cumprimento das obrigações decorrentes da contratação.

H. DECLARAÇÃO DE CONTRATOS FIRMADOS COM A INICIATIVA PRIVADA E A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Nome do órgão/empresa	Vigência do contrato	Valor total do contrato
VALOR TOTAL DOS CONTRATOS (R\$)		

Local e data: _____

Assinatura e nome legível do representante legal: _____

ANEXO IV

**CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº XXX/2026 QUE
CELEBRAM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE SALVADOR,
POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE
PROMOÇÃO SOCIAL E COMBATE À POBREZA,
ESPORTES E LAZER – SEMPRE E A EMPRESA
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX COM BASE NO PREGÃO Nº
XXXXXXXXX E NO PROCESSO Nº 256569/2025.**

Município do Salvador, através da **SECRETARIA MUNICIPAL DE PROMOÇÃO SOCIAL E COMBATE À POBREZA, ESPORTES E LAZER - SEMPRE**, com sede à Rua Miguel Calmon, nº 28, Comércio, Salvador/BA, CEP 40.015-010, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 13.927.801/0017-06, neste ato representada por seu Secretário Sr. **ANTÔNIO JOSÉ DA CRUZ JUNIOR MAGALHÃES**, brasileiro, residente e domiciliado em Salvador/BA, portador do RG nº 0634942646 SSP BA, inscrito sob o CPF nº 887.422.615-20, devidamente autorizado por Decreto Simples publicado no DOM nº 8.455 de 17/01/2023, doravante denominado **CONTRATANTE**, e a empresa **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**, sediada na **XXX**, neste ato representada pelo Sr. **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**, conforme procuração apresentada nos autos, (qualificação do representante), inscrito a no CPF/MF sob o nº **xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx**, portador da cédula de Identidade nº **xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx** doravante designado **CONTRATADO**, tendo em vista o que consta no **Processo nº 256569/2025** e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão nº **xxxxx/202x**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a aquisição de veículo tipo de Van, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas no Termo de Referência.

1.1.1. Objeto da contratação:

ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QTD.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	100007022	VEÍCULO AUTOMOTOR NOVO (ZERO QUILOMETRO), DO TIPO VAN, ANO/MODELO CORRESPONDENTE AO EXERCÍCIO DA CONTRATAÇÃO, DESTINADO AO TRANSPORTE COLETIVO DE PASSAGEIROS, COM CAPACIDADE MÁXIMA PARA ATÉ 17 (DEZESSETE) OCUPANTES, INCLUINDO O CONDUTOR. A CONFIGURAÇÃO INTERNA DISPONDO DE ASSENTOS INDIVIDUAIS PARA OS PASSAGEIROS, TODOS PROVIDOS DE CINTOS DE SEGURANÇA, COM ESPAÇO INTERNO ADEQUADO E TETO ELEVADO.COMBUSTÍVEL DIESEL, COM POTÊNCIA MÍNIMA DE 120 CV, ASSOCIADA A TRANSMISSÃO MANUAL DE, NO MÍNIMO, 6 (SEIS) MARCHAS, PROJETADA PARA ATENDER ÀS EXIGÊNCIAS DE DESLOCAMENTOS URBANOS E RODOVIÁRIOS. O CONJUNTO MECÂNICO COM SISTEMA DE FREIOS COM TECNOLOGIA ABS, DISPOSITIVOS DE PROTEÇÃO COMO AIRBAGS PARA O MOTORISTA E PASSAGEIRO DO BANCO DIANTEIRO, TACÓGRAFO E LUZES DE RODAGEM DIURNA, MAIS EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA ATIVA E PASSIVA EXIGIDOS PELA REGULAMENTAÇÃO VIGENTE.ARCONDICIONADO COM DISTRIBUIÇÃO PARA A CABINE E PARA O COMPARTIMENTO DE PASSAGEIROS, COM SAÍDAS DE AR AO LONGO	UN	01		

	<p>DAS FILEIRAS DE ASSEIRAS. VINDOS ELÉTRICOS NAS PORTAS DIANTEIRAS, SISTEMA DE TRAVAMENTO ELÉTRICO NAS PORTAS, RETROVISORES COM AJUSTE ELÉTRICO, ILUMINAÇÃO INTERNA DO SALÃO E COMPUTADOR DE BORDO PARA INFORMAÇÕES OPERACIONAIS.A ESTRUTURA EXTERNA COM NO MÍNIMO 4 (QUATRO) ACESSOS, PORTA LATERAL ENVIDRAÇADA E DESLIZANTE DESTINADA AO EMBARQUE E DESEMBARQUE DOS PASSAGEIROS, COM PORTAS TRASEIRAS.COR BRANCA, COM PADRONIZAÇÃO VISUAL EM CONFORMIDADE COM A LEGISLAÇÃO APLICÁVEL. GARANTIA MÍNIMA DE 12 (DOZE) MESES, COM REDE DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA AUTORIZADA, PELO MENOS NO MUNICÍPIO DE SALVADOR/BA, APTA À EXECUÇÃO DE MANUTENÇÕES PREVENTIVAS E CORRETIVAS DURANTE O PERÍODO DE COBERTURA.EMPLACADO E LICENCIADO EM NOME DO ENTE FEDERADO E ATENDER INTEGRALMENTE A TODOS OS ITENS E ACESSÓRIOS OBRIGATÓRIOS EXIGIDOS PELA LEGISLAÇÃO DE TRÂNSITO VIGENTE, NOS TERMOS DO ART. 105 DO CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO E DAS RESOLUÇÕES DO CONTRAN APLICÁVEIS.</p>				
<p>TOTAL R\$ 000,00 (xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx)</p>					

- 1.1. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:
I – O Termo de Referência;
II - O Edital da Licitação;
III - A Proposta do contratado;
IV - Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA - VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 90 (noventa) dias, a contar da data da assinatura do instrumento contratual, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, nos termos do art. 111 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento.

2.3. A eficácia legal do contrato e seus aditivos está adstrita à publicação do seu extrato no Portal Nacional da Contratações Públicas (PNCP), consoante art.94 da Lei nº 10.133/2021.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

3.1. Os recursos financeiros para pagamento da despesa decorrente do objeto deste contrato correrão à conta do orçamento da Secretaria Municipal de Promoção Social e Combate à Pobreza, Esportes e Lazer – SEMPRE, por intermédio Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS, no presente exercício e correspondente no exercício subsequente, da seguinte forma:

Subação: 08.242.0003.121700 Salvador Mais Inclusiva - Implementação de Ações para Pessoas com Deficiência;

Elemento de Despesa: 44.90.52 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica;

Fontes: 2.660.3.1.0.037 - Superávit Federal.

CLÁUSULA QUARTA – DO PREÇO

4.1. O valor total da contratação é de R\$ 0000,00 (xx).

4.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA QUINTA – DO PAGAMENTO

- 5.1. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, acompanhada do atesto do material recebido.
- 5.2. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pela CONTRATADA
- 5.3. Por força do Decreto Municipal nº 23.856 de 03 de abril de 2013, publicado no DOM nº 5.826 de 04/04/2013, o(s) pagamento(s) devido(s) ao(s) fornecedor(es) será(ão) efetuado(s), exclusivamente, por crédito na conta corrente especificada pelo credor, mantida em instituição financeira indicada pela Secretaria Municipal da Fazenda- SEFAZ, a saber BANCO BRADESCO S/A.
- 5.4. A CONTRATADA deverá apresentar, juntamente com cada Nota Fiscal, os seguintes documentos:
- 5.4.1 Prova de regularidade relativa à débitos federais;
 - 5.4.2. Certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede da CONTRATADA;
 - 5.4.3 Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviços (FGTS), mediante apresentação de Certidão de Regularidade da Situação/CRF;
 - 5.4.4. Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho;
 - 5.4.5. Prova de regularidade perante o CADIN.
- 5.5. Nenhum pagamento será efetuado a CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito a reajustamento de preço ou correção monetária.
- 5.6. Ocorrendo erro na Nota Fiscal/Fatura e/ou circunstâncias que impeçam a liquidação das despesas, a CONTRATADA será comunicada pela CONTRATANTE, e, a partir daquela data, o pagamento ficará suspenso até que sejam providenciadas as medidas saneadoras. O prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação e a reapresentação da fatura.
- 5.7. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 5.8. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
- 5.9. A CONTRATADA regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação da comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido, previsto na referida Lei Complementar.
- 5.10. Na hipótese de eventuais atrasos no pagamento, para os quais a CONTRATADA não tenha concorrido, esta terá direito à compensação financeira por atraso no pagamento, desde a data prevista para o efetivo pagamento até o dia de sua concretização.
- 5.10.1. O índice de atualização é o ÍNDICE NACIONAL DE PREÇOS AO CONSUMIDOR AMPLO – IPCA, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.
 - 5.10.2. Os encargos moratórios devidos em razão do atraso no pagamento poderão ser calculados com a utilização da seguinte fórmula:
EM = N x VP x I, onde:
EM = Encargos Moratórios;
N = Nº de dias entre a data prevista para o pagamento e o efetivo pagamento e a data do efetivo pagamento;
VP = Valor da parcela a ser paga em atraso;
I = Índice de compensação financeira, assim apurado:
$$I = \frac{(TX / 100)}{365}$$

TX = Percentual da taxa anual do IPCA.

CLÁUSULA SEXTA - MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

6.1 O regime de execução contratual, os modelos de gestão/fiscalização, de execução, condições de manutenção e assistência técnica, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam do Termo de Referência e seus anexos, parte integrante deste Contrato independente de transcrição.

CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrealizáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em **20/03/ 2026**.

7.2. Após o interregno de 1 (um) ano, **havendo pedido da CONTRATADA**, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pela CONTRATANTE, do ÍNDICE NACIONAL DE PREÇOS AO

CONSUMIDOR AMPLO – IPCA, ou, na sua falta, pelo índice legalmente previsto à época, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4. Nas aferições finais, o (s) índice (s) utilizado (s) para reajuste será (ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.5. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.7. O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com o contrato, Edital, Termo de Referência e seus anexos;

8.2. Proporcionar à CONTRATADA todas as condições necessárias ao pleno cumprimento das obrigações decorrentes do contrato;

8.3. Acompanhar a entrega do bem contratado;

8.4. Efetuar o pagamento à CONTRATADA, após o recebimento definitivo do bem e verificação do cumprimento de todas as obrigações legais fiscais, previdenciárias, e as demais disposições do Termo de Referência, Edital e Contrato;

8.5. Promover o acompanhamento e fiscalização do fornecimento do bem, sob o aspecto quantitativo e qualitativo, anotando em registro próprio as falhas detectadas e impugnando quaisquer erros ou omissões que considere em desacordo com as obrigações da CONTRATADA;

8.6. Receber através do Servidor/Comissão competente, o bem descrito e especificado na proposta da CONTRATADA;

8.7. Notificar à CONTRATADA, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

8.8. Devolver, no prazo de até 10 (dez) dias, o bem entregue fora das especificações exigidas ou quando não estejam em conformidade com os padrões de qualidade, dando ciência dos motivos da recusa à CONTRATADA que assumirá todas as despesas daí decorrentes;

8.9. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que diz respeito à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.10. Atestar as notas fiscais/faturas, por servidor/comissão competente, emitidas pela CONTRATADA, recusando-as quando inexatas ou incorretas, efetuando todos os pagamentos nas condições pactuadas;

8.11. Aplicar à CONTRATADA as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.12. Cientificar o órgão responsável para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

8.13. Notificar previamente à CONTRATADA, quando da aplicação de penalidades;

8.14. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelos responsáveis da CONTRATADA;

8.15. Dar ciência à CONTRATADA de quaisquer modificações que venham a ocorrer no contrato;

8.16. Emitir Autorização de Fornecimento, pelo setor competente, para instruir a entrega do objeto, documentando-o e comprovando-o nesse ato;

8.17. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados;

8.18. Responder à CONTRATADA, no prazo de 60 (sessenta) dias, eventual pedido de reequilíbrio econômico-financeiro.

CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1. Assegurar condições materiais, logística e recursos humanos para a realização do objeto do contrato e seus anexos;

9.2. Entregar, na data aprezada, o produto de acordo com as especificações técnicas constantes no edital de licitação e no presente contrato;

- 9.3. Responder por quaisquer danos que venha a causar à União, Estado, Município ou a terceiros, em função do objeto do contrato firmado, bem como por todos os danos e prejuízos decorrentes de paralisações na entrega dos produtos, salvo na ocorrência de motivo de força maior, apurados na forma da legislação vigente, e desde que comunicados à CONTRATANTE no prazo de 48 (quarenta e oito) horas do fato, ou da ordem expressa e escrita da CONTRATANTE;
- 9.4. Arcar com todas as despesas, diretas ou indiretas, decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas sem qualquer ônus à CONTRATANTE;
- 9.5. Manter durante toda a execução do contrato as mesmas condições da habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 9.6. Efetuar pontualmente o pagamento de todas as taxas e impostos que incidam ou venham a incidir sobre as suas atividades e/ou sobre a execução do objeto do presente contrato, bem como observar e respeitar as legislações Federal, Estadual e Municipal, relativas ao objeto do contrato;
- 9.7. Substituir, total ou parcialmente, às suas expensas, os produtos objeto deste contrato em que se verifiquem má qualidade e (ou) qualidade divergente da especificação solicitada, após notificação, no prazo de 10 dias;
- 9.8. Reparar, corrigir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verifiquem vícios, defeitos, resultantes da entrega do produto;
- 9.9. Acatar as normas e condições do edital e anexos que integram este instrumento, independente de transcrição;
- 9.10. Respeitar no ato da entrega do produto, o tempo para conferência qualitativa e quantitativa dos mesmos, realizado pelo recebedor;
- 9.11. Declarar expressamente, que a garantia técnica nacional mínima dos bem não possui prazo inferior a 12 (doze) meses;
- 9.11.1. O prazo para realizar os serviços de assistência técnica ao veículo, será no máximo 07 (sete) dias úteis;
- 9.12. Especificar a infraestrutura que o fornecedor dispõe, como instalações, aparelhamento e demais condições para assistência técnica dos veículos objeto do contrato, relacionando os endereços, inclusive virtuais, telefones e representantes comerciais dos centros de atendimento técnico;
- 9.13. Indicar expressamente o nome, no município de Salvador/BA, das concessionárias responsáveis pela assistência técnica, com os seguintes dados: razão social, CNPJ, endereço completo, número de telefone e endereço eletrônico (e-mail), e o nome da pessoa responsável para contato;
- 9.14. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda, efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;
- 9.15. O objeto deve estar acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada;
- 9.16. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990);
- 9.17. Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 9.18. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados nos termos do artigo art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021;
- 9.19. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 9.20. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;
- 9.21. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual;
- 9.22. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento;
- 9.22. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

- 9.23. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);
- 9.24. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);
- 9.25. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 9.26. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no ;
- 9.27. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;
- 9.28. Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato;

CLÁUSULA DÉCIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

- 10.1. Não haverá exigência de garantia contratual de execução.
- 10.2. A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto prevista especificamente no Termo de Referência.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – SUBCONTRATAÇÃO

- 11.1. Não será permitida a subcontratação.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – ALTERAÇÃO SUBJETIVA

- 12.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que:
- 12.1.1. Sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original;
- 12.1.2. Sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato;
- 12.1.3. Não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 13.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:
- I - Der causa à inexecução parcial do contrato;
- II - Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- III - Der causa à inexecução total do contrato;
- IV - Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- V - Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- VI - Praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- VII - Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- VIII - Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- 13.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:
- I - Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- II - Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- III - Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- IV - Multa:**

- a) Moratória de **0,5% (meio por cento)** por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de **30 (trinta) dias**;
- b) compensatória de **30% (trinta por cento)** sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto.

13.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante conforme art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021.

13.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa conforme disposto no art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021.

13.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de **15 (quinze) dias úteis**, contado da data de sua intimação conforme previsão do art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021.

13.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

13.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de **20 (vinte) dias**, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

13.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

13.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- I - A natureza e a gravidade da infração cometida;
- II - As peculiaridades do caso concreto;
- III - As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- IV - Os danos que dela provierem para o Contratante;
- V - A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

13.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos no art. 159.

13.8. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia conforme disposto no art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021.

13.9. O Contratante deverá, no prazo máximo **15 (quinze) dias úteis**, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal, e também no Portal de Compras Salvador.

13.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

13.11. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - ALTERAÇÕES

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133/2021.

14.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.3. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA– ANTIFRAUDE E ANTICORRUPÇÃO

15.1. A CONTRATADA deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de contratação e de execução do objeto contratual.

(a) Para os efeitos desta cláusula:

(i) “**práticas de corrupção**”¹ oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer coisa de valor com a intenção de influenciar de modo indevido ação de outra parte;

(ii) “**prática fraudulenta**”² significa qualquer ato ou omissão de falsificação, inclusive falsidade ideológica, consciente ou inconscientemente, que engana ou tenta enganar, um indivíduo para obter benefício financeiro ou outro de qualquer ordem, ou com intenção de evitar o cumprimento de uma obrigação;

(iii) “**prática colusiva**”³ significa uma combinação entre duas ou mais partes visando alcançar um fim indevido, inclusive influenciar indevidamente as ações de terceiros;

(iv) “**prática coercitiva**”⁴ significa prejudicar ou causar danos, direta ou indiretamente a qualquer parte interessada ou a sua propriedade para influenciar de modo incorreto as ações de uma parte;

(v) “**prática obstrutiva**” é

(aa) deliberadamente destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em investigações ou fazer declarações falsas a investigadores, com o objetivo de impedir materialmente uma investigação do Banco sobre alegações de uma prática de corrupção, fraude, coerção ou colusão; e/ou ameaçar, assediar ou intimidar qualquer parte para que esta não revele qualquer fato que seja de seu conhecimento em relação a questões relevantes para a investigação, ou para impedir que recorra à investigação ou a conduza, ou,

(bb) atos que objetivem impedir materialmente o exercício dos direitos de inspeção e auditoria do Banco, nos termos da Cláusula 15.3 abaixo.

(b) Rejeitará uma proposta de adjudicação se concluir que o licitante indicado se envolveu, de forma direta ou por meio de um agente, em prática corrupta, fraudulenta, colusiva, coercitiva ou obstrutiva ao concorrer ao contrato em questão;

(c) Declarará viciado o processo de licitação e cancelará a parcela do empréstimo alocada a um contrato se, a qualquer momento, determinar que representantes do Mutuário ou de um beneficiário de qualquer parte dos recursos empréstimo envolveram-se em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas durante o processo de licitação ou de implementação do contrato em questão, sem que o Mutuário tenha adotado medidas oportunas e adequadas, satisfatórias ao Banco, para combater essas práticas quando de sua ocorrência, inclusive por falhar em informar tempestivamente o Banco no momento em que tomou conhecimento dessas práticas;

(d) Imporá sanções à pessoa física ou jurídica a qualquer tempo, em conformidade com seus procedimentos de sanções aplicáveis, incluindo declará-la inelegível publicamente, indefinidamente ou por prazo determinado, para (i) a outorga de um contrato financiado pelo Banco e (ii) ser um subempreiteiro, consultor, fabricante ou fornecedor ou prestador de serviço designado⁵ de uma empresa elegível a quem se está outorgando um contrato financiado pelo Banco.

16.2. Se algum funcionário do Contratado tiver envolvimento em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas durante a licitação ou durante a execução do contrato esses profissionais devem ser retirados da equipe imediatamente.

16.3. O Contratado deverá permitir, e fará seus Subcontratados e Subconsultores permitirem, que o Banco e/ou pessoas designadas pelo Banco possam inspecionar o local e todas as contas e registros relativos à

¹ “Terceiros” refere-se a um agente público que atua em um processo de licitações ou na execução do contrato. Neste contexto, “agente público” inclui a equipe do Banco Mundial e os funcionários de outras organizações que examinam ou tomam decisões sobre licitações.

² “Parte” refere-se a um agente público; os termos “benefício” e “obrigação” são relativos ao processo de licitações ou a execução do contrato; e o “ato ou omissão” objetiva influenciar o processo de licitação ou a execução do contrato.

³ “Partes” refere-se aos participantes do processo de licitação (incluindo os agentes públicos) que tentam estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos.

⁴ Uma “parte” refere-se a um participante no processo de licitação ou da execução do contrato.

⁵ Um subcontratado designado, consultor, fabricante ou fornecedor ou prestador de serviços (nomes diferentes podem ser usados dependendo do edital da licitação) é que qualquer um que tenha sido: (i) incluído pelo licitante em sua pré-qualificação ou proposta ele porque traz experiência específica e know-how que são considerados na avaliação da pré-qualificação do licitante ou da sua proposta; ou (ii) indicado pelo mutuário.

execução do Contrato e a apresentação da proposta, e ter as contas e registros auditados por auditores designados pelo Banco, se o Banco assim solicitar.

16.4. O Contratado e seus Subcontratados e Subconsultores devem observar com atenção a cláusula sobre [Práticas Corruptas ou Fraudulentas], que prevê, nomeadamente, que os atos destinados a impedir materialmente o exercício de inspeção do Banco e do direito de efetuar auditoria prevista nesta Sub-cláusula constituem uma prática proibida e sujeita a rescisão do contrato (bem como a uma determinação de inelegibilidade, de acordo com as Diretrizes de Aquisições do Banco).

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA- DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

16.1. O contrato se extingue quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

16.1.1. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

16.1.2. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

I - Ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

II - Poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

16.2 O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

16.2.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da referida Lei.

16.3 A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

16.3.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

16.4 O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

I - Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

II - Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

III - Indenizações e multas.

16.5 A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório conforme art. 131, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DOS CASOS OMISSOS

17.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas Federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - PUBLICAÇÃO

18.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133/2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527/2011 e no Diário Oficial do Município - DOM.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - FORO

19.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Salvador, Seção Judiciária do Estado da Bahia, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

E por estarem assim justas e acordadas, as partes assinam o presente instrumento em 3 (três) vias de igual teor e forma para todos os fins de Direito.

Salvador/Ba, _____ de _____ de 2026.



ANTÔNIO JOSÉ DA CRUZ JUNIOR MAGALHÃES
Secretário
**SECRETARIA MUNICIPAL DE PROMOÇÃO SOCIAL E COMBATE À POBREZA,
ESPORTES E LAZER - SEMPRE**

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
Representante Legal
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX